

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Processo Civil

Analista Judiciário
TRT

Banca: FCC

SUMÁRIO

Da intervenção de terceiros	3
Atos processuais.....	3
Procedimento Comum	4
Do cumprimento da Sentença	7
Procedimentos especiais.....	8
Espécies de Execução e meios de defesa.....	9
Processos de Competência Originária dos Tribunais	10
Outras ações.....	11
Processos Eletrônicos.....	13
Lei de Execução Fiscal	15
Impenhorabilidade.....	16
Gabarito	56

Da intervenção de terceiros

1) FCC - JT TRT1/TRT 1/2015

Segundo o disposto no Código de Processo Civil de 1973,

- I. a assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus de jurisdição, mas o assistente sempre recebe o processo no estado em que se encontra.
- II. o assistente atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- III. considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- IV. transitada em julgado a sentença, na causa em que interveio o assistente, este não mais poderá, em qualquer hipótese, e em processo posterior, discutir a justiça daquela decisão.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II e IV.

2) FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/2016

Paulo firmou contrato de locação residencial com Arthur pelo prazo de trinta meses. Manoel e Patrícia, genitores de Arthur, são os fiadores. Findo o prazo estabelecido em contrato Arthur desocupou o imóvel, mas deixou de pagar os últimos três alugueres e demais encargos locatícios. Paulo resolve ajuizar ação de cobrança contra Manoel e Patrícia. Neste caso, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, Manoel e Patrícia

- a) deverão apresentar oposição contra o devedor principal Arthur.
- b) deverão obrigatoriamente denunciar a lide ao devedor principal Arthur.
- c) poderão denunciar a lide ao devedor principal Arthur.
- d) poderão nomear à autoria o devedor principal Arthur.
- e) poderão proceder ao chamamento ao processo do devedor principal Arthur.

Atos processuais

3) FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/2016

Maurício ajuizou ação de cobrança, pelo rito ordinário, contra Manoel e Joaquim, objetivando o recebimento da quantia de R\$ 45.000,00 em decorrência de um contrato de prestação de serviços. Manoel e Joaquim são devidamente citados e constituem advogados diferentes. Neste caso, o prazo para

apresentação de contestação e reconvenção será de

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 15 e 30 dias, respectivamente.
- d) 30 e 15 dias, respectivamente.
- e) 10 dias.

Procedimento Comum

4) FCC - AJ TRT3/TRT 3/Judiciária/2005

Extingue-se o processo com apreciação do mérito, se o Juiz

- a) indeferir a petição inicial.
- b) reconhecer a carência da ação.
- c) acolher o pedido de desistência da ação.
- d) acolher a alegação de prescrição ou de decadência.
- e) acolher a alegação de coisa julgada.

5) FCC - AJ TRT4/TRT 4/Judiciária/2011

Oferecida a reconvenção,

- a) a extinção, por carência, da ação principal, impedirá o seu prosseguimento.
- b) o autor será pessoalmente citado para contestá-la no prazo de dez dias.
- c) a eventual desistência da ação principal não obstará o seu prosseguimento.
- d) será formado novo processo, que correrá em apenso ao principal, mas de forma independente e autônoma.
- e) serão proferidas sentenças diferentes, uma no processo principal e outra no processo da reconvenção.

6) FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/2011

A petição inicial NÃO poderá

- a) conter pedido genérico, mesmo se a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- b) ser considerada inepta quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- c) ser aditada depois da citação sem o consentimento do réu, mesmo se o autor arcar com as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.
- d) ser considerada inepta quando contiver pedidos incompatíveis entre si.
- e) conter mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.

7) FCC - JT TRT1/TRT 1/2015

Verificando que o réu estava preso, cumprindo pena de reclusão em regime fechado por crime de homicídio, o juiz nomeou um advogado que se achava então na sala de audiências, aguardando a chamada de outro processo, para representar aquele réu como curador. Aberta a audiência e recusada a conciliação, o advogado nomeado declarou que negava todos os fatos articulados na petição inicial e

protestava por todas as provas em direito admitidas.

Seria legalmente respaldado o entendimento no sentido de que

- a) todos os ônus da prova cabem ao autor.
- b) o réu deveria ser considerado confesso, por falta de contestação específica.
- c) os ônus da prova deveriam ser distribuídos em carga dinâmica.
- d) todos os ônus da prova ficariam com o réu.
- e) a distribuição dos ônus da prova dependerá do que disserem as partes em depoimento.

8) FCC - JT TRT1/TRT 1/2015

A respeito do tratamento dedicado pelo Código de Processo Civil de 1973 à prova, tem-se que quando

- a) se tratar da falsidade de documento, o ônus da prova incumbe à parte que produziu o documento.
- b) se tratar de contestação da assinatura, o ônus da prova incumbe à parte que a arguiu.
- c) o ônus da prova recair sobre direito indisponível da parte, é nula a convenção que distribui de maneira diversa daquela estabelecida pelo art. 333 do CPC.
- d) a testemunha, por motivo relevante, estiver impossibilitada de prestar depoimento, o juiz designará, conforme as circunstâncias, dia, hora e lugar para inquiri-la.
- e) o documento for assinado em branco e for depois regularmente preenchido, cessa a fé do documento particular.

9) FCC - JT TRT1/TRT 1/2015

Ao proferir determinada sentença, afirmou o juiz que todas elas são proferidas com cláusula rebus sic stantibus. Tal afirmação significa que

- a) nem todas as sentenças dependem da exaustão das vias recursais para fazer coisa julgada.
- b) a coisa julgada é imutável nos limites em que foi formada.
- c) a coisa julgada não vincula terceiros e pode por eles, em ação própria, sempre ser alterada.
- d) a coisa julgada é imutável enquanto não declaradas inconstitucionais as normas nas quais se fundou.
- e) houve erro na afirmação, porque a coisa julgada é sempre imutável.

10) FCC - JT TRT1/TRT 1/2015

A sentença que julga improcedente o pedido na ação declaratória negativa de existência da relação jurídica tem natureza

- a) declaratória.
- b) constitutiva pura.
- c) condenatória.
- d) mandamental imprópria.
- e) constitutiva oblíqua.

11) FCC - AJ TRT23/TRT 23/Judiciária/2016

Acolhida a alegação de coisa julgada, extingue-se o processo

- a) sem resolução de mérito, podendo o autor intentar novamente a ação, apenas se provar o pagamento ou o depósito das custas e dos honorários de advogado.
- b) sem resolução de mérito, podendo o autor intentar novamente a ação.
- c) com resolução de mérito, não podendo o autor intentar novamente a ação.

- d) com resolução de mérito, podendo o autor intentar novamente a ação.
- e) sem resolução de mérito, não podendo o autor intentar novamente a ação.

12) FCC - AJ TRT23/TRT 23/Judiciária/2016

Se o Réu for revel,

- a) os prazos correrão independentemente de intimação, não podendo o revel intervir no processo.
- b) serão aplicados os efeitos da revelia inclusive a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis.
- c) o autor poderá alterar o pedido independentemente de nova citação Réu.
- d) o autor não poderá alterar o pedido, em nenhuma hipótese.
- e) o autor não poderá alterar o pedido, salvo promovendo nova citação do Réu, que poderá responder no prazo de 15 dias.

13) FCC - AJ TRT23/TRT 23/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2016

Telma emprestou R\$ 10.000,00 para Ana Paula, pessoa maior e capaz. Esta, porém, não devolveu o dinheiro na data apazada. Em razão do inadimplemento, Telma ajuizou ação contra a mãe de Ana Paula, Odete, que possui melhores condições financeiras que a filha. De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz deverá

- a) extinguir o processo com resolução de mérito, conhecendo, de ofício, da ilegitimidade de parte.
- b) aguardar a resposta de Odete e extinguir o processo sem resolução de mérito, mas apenas se, na contestação, for suscitada ilegitimidade de parte, vedado conhecer da matéria de ofício.
- c) extinguir o processo sem resolução de mérito, conhecendo, de ofício, da ilegitimidade de parte.
- d) aguardar a resposta de Odete e extinguir o processo com resolução de mérito, mas apenas se, na contestação, for suscitada ilegitimidade de parte, vedado conhecer da matéria de ofício.
- e) corrigir, de ofício, o polo passivo, incluindo Ana Paula, que responderá junto com Odete pela dívida contraída com Telma.

14) FCC - AJ TRT23/TRT 23/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2016

Gabriel, pessoa capaz, foi revel em ação na qual Marcelo formulou pedido de condenação. Gabriel não possui patrono nos autos. Em razão da revelia,

- a) se Gabriel vier a intervir no processo, o Juiz deverá dar nova oportunidade para apresentação de contestação.
- b) o pedido de Marcelo será necessariamente acolhido, pois a revelia induz presunção absoluta de veracidade dos fatos afirmados na inicial.
- c) o Juiz deverá nomear curador especial para Gabriel, o qual poderá contestar por negativa geral, invertendo-se o ônus da prova.
- d) o Juiz determinará a intimação pessoal de Gabriel a fim de que compareça nos autos, sob pena de confesso.
- e) os prazos, em relação a Gabriel, correrão independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.

15) FCC - AJ TRT23/TRT 23/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2016

De acordo com o Código de Processo Civil, na audiência de instrução

- a) o Juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado tiver se ausentado

injustificadamente.

- b) o Juiz não pode tentar nova conciliação entre as partes.
- c) o perito responderá a qualquer pergunta formulada pelas partes, seja qual for o objeto do questionamento, independentemente da elaboração prévia de quesitos de esclarecimentos.
- d) as testemunhas do juízo são inquiridas sempre depois das do réu.
- e) finda a instrução, o Juiz abrirá prazo para apresentação de alegações-finais, a serem apresentadas necessariamente na forma escrita.

Do cumprimento da Sentença

16) FCC - AJ TRT23/TRT 23/Judiciária/2016

Acerca do cumprimento da sentença, considere:

I. O início do cumprimento de sentença e a expedição de mandado de penhora e avaliação devem ocorrer de ofício ou a requerimento da parte.

II. Em regra, a avaliação dos bens penhorados deve ocorrer por Perito da confiança do Juiz.

III. Em caso de acolhimento da impugnação ao cumprimento de sentença, ainda que parcial, serão arbitrados honorários em benefício do executado.

IV. Escoado o prazo para pagamento voluntário, que se inicia após a intimação pessoal da parte executada, são devidos honorários advocatícios, no cumprimento de sentença, apenas se tiver havido impugnação.

De acordo com o Código de Processo Civil e com jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, está correto o que consta APENAS em

- a) III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

17) FCC - JT TRT1/TRT 1/2016

Instruções: Para responder à questão considere o Código de Processo Civil de 1973 (CPC/1973).

Sobre os requisitos e efeitos da sentença, considere:

I. O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que a mesma tornou-se insuficiente ou excessiva.

II. Tratando-se de coisa móvel, e não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor o mandado de busca e apreensão.

III. Publicada a sentença, o juiz não poderá alterá-la para retificar, de ofício, erros de cálculo.

IV. A sentença condenatória produz a hipoteca judiciária nos casos em que a condenação seja genérica.

Está correto o que se afirma em

- a) II e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

Procedimentos especiais

18) FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/2011

Os embargos de terceiro podem ser opostos

- a) por quem for parte no processo e sofrer esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial.
- b) no processo de execução, até o dia da arrematação, adjudicação ou remissão.
- c) por quem for parte no processo e sofrer turbacão na posse de seus bens por ato de apreensão judicial.
- d) no processo de conhecimento, até o último dia do prazo para resposta do réu.
- e) pelo credor com garantia real para obstar a alienação judicial do objeto da hipoteca, penhor ou anticrese.

19) FCC - AJ TRT4/TRT 4/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador/2015

Joana firmou contrato escrito com Maria comprometendo-se a pagar R\$ 1.000,00 que confessou dever a ela. O contrato não foi assinado por testemunhas. Não cumprida a obrigação, poderá Maria ajuizar ação

- a) monitória, que, se devidamente instruída, acarretará a expedição de mandado para pagamento no prazo de 15 dias, durante o qual Joana poderá, desde que garantido o juízo, opor embargos, os quais não suspenderão a eficácia do mandado inicial.
- b) monitória, que, se devidamente instruída, acarretará a expedição de mandado para pagamento no prazo de 15 dias, durante o qual Joana poderá, desde que garantido o juízo, opor embargos, os quais suspenderão a eficácia do mandado inicial.
- c) de cobrança, necessariamente, não podendo se valer de ação monitória.
- d) monitória, que, se devidamente instruída, acarretará a expedição de mandado para pagamento no prazo de 15 dias, durante o qual Joana poderá, independentemente de prévia segurança do juízo, opor embargos, os quais suspenderão a eficácia do mandado inicial.
- e) monitória, que, se devidamente instruída, acarretará a expedição de mandado para pagamento no prazo de 3 dias, durante o qual Joana poderá, independentemente de prévia segurança do juízo, opor embargos, os quais não suspenderão a eficácia do mandado inicial.

20) FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2016

Paula ajuizou ação de indenização contra Maria postulando uma indenização no importe equivalente a R\$ 300.000,00, decorrente de dano causado em imóvel residencial. A ação é julgada procedente e o pedido inicial integralmente acolhido. Iniciada a fase de cumprimento de sentença, não são localizados bens

passíveis de constrição judicial em nome da devedora Maria, que possui apenas um bem imóvel em seu nome, exatamente onde reside com a família. Inconformada Paula começa a diligenciar e apura que durante o trâmite da ação indenizatória Maria vendeu para terceiros um imóvel e um veículo. Neste caso, noticiado o fato no processo com comprovação documental, o Magistrado deverá reconhecer a fraude à execução e considerar o ato da executada como atentatório à dignidade da justiça, condenando-a ao pagamento de multa, exigível na própria execução, NÃO superior a

- a) 5% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
- b) 1% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
- c) 10% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
- d) 20% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.
- e) 30% do valor atualizado do débito em execução, revertida em proveito do credor.

Espécies de Execução e meios de defesa

21) FCC - JT TRT1/TRT 1/2014

José inadimpliu nota promissória. Em execução, o credor requereu a penhora de sua única geladeira, de máquina de serrar com a qual exerce a profissão de marceneiro e de quantia correspondente a sessenta salários mínimos depositada em caderneta de poupança. São penhoráveis

- a) todos os bens cuja penhora foi requerida pelo credor.
- b) a máquina de serrar e quantia correspondente a vinte dos sessenta salários mínimos depositados em caderneta de poupança.
- c) a máquina de serrar e quantia correspondente a sessenta salários mínimos depositados em caderneta de poupança.
- d) apenas quantia correspondente a sessenta salários mínimos depositados em caderneta de poupança.
- e) apenas quantia correspondente a vinte dos sessenta salários mínimos depositados em caderneta de poupança.

22) FCC - AJ TRT23/TRT 23/Judiciária/2016

Os embargos do devedor serão opostos no prazo de

- a) dez dias, independentemente de penhora, depósito ou caução, não possuindo, em regra, efeito suspensivo, e devendo ser rejeitados, liminarmente, se o excesso de execução for seu único fundamento e o embargante não declarar, na petição inicial, o valor que entende correto, apresentando memória de cálculo.
- b) quinze dias, independentemente de penhora, depósito ou caução, possuindo, em regra, efeito suspensivo, e devendo ser rejeitados, liminarmente, se o excesso de execução for seu único fundamento e o embargante não declarar, na petição inicial, o valor que entende correto, apresentando memória de cálculo, salvo se possível a emenda da inicial.
- c) quinze dias, independentemente de penhora, depósito ou caução, não possuindo, em regra, efeito suspensivo, e devendo ser rejeitados, liminarmente, se o excesso de execução for seu único fundamento e o embargante não declarar, na petição inicial, o valor que entende correto, apresentando memória de cálculo.
- d) dez dias, desde que tenha sido previamente garantido o juízo, possuindo, em regra, efeito suspensivo, e devendo ser rejeitados, liminarmente, se o excesso de execução for seu único fundamento e o embargante não declarar, na petição inicial, o valor que entende correto, apresentando memória de

cálculo, salvo se possível a emenda da inicial.

e) quinze dias, desde que tenha sido previamente garantido o juízo, não possuindo, em regra, efeito suspensivo, e devendo ser rejeitados, liminarmente, se o excesso de execução for seu único fundamento e o embargante não declarar, na petição inicial, o valor que entende correto, apresentando memória de cálculo.

23) FCC - AJ TRT23/TRT 23/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2016

Acerca dos embargos do devedor, considere:

I. Caso haja litisconsórcio e os executados possuam procuradores diferentes, contar-se-á em dobro o prazo, de 15 dias, para oposição de embargos do devedor.

II. Quando houver mais de um executado, salvo se forem cônjuges, o prazo para oposição de embargos do devedor será contado a partir da juntada do respectivo mandado citatório aos autos.

III. Quando o excesso de execução for o fundamento único dos embargos, mas o embargante não indicar o valor que entende correto, nem juntar memória de cálculo, o Juiz deverá mandar emendar a petição inicial.

IV. Nos embargos do devedor, admite-se apenas a produção de prova documental.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II.
- e) I, III e IV.

Processos de Competência Originária dos Tribunais

24) FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/2016

No que se refere à ação rescisória, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, analise as seguintes assertivas:

I. O ajuizamento de ação rescisória não impede, em regra, o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo.

II. O direito de propor ação rescisória se extingue em dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão.

III. A petição inicial deverá ser elaborada com as observâncias dos requisitos previstos no Código de Processo Civil, devendo o autor depositar a importância de 2% sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível, ou improcedente.

Está correto o que se afirma em

- a) II e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e II, apenas.
- e) II, apenas.

Outras ações

25) FCC - AJ TRT3/TRT 3/Judiciária/2005

Ação da competência originária de Turma do Tribunal, destinada a proteger direito líquido e certo quando não houver recurso previsto nas leis processuais:

- a) ação coletiva.
- b) habeas corpus.
- c) ação rescisória.
- d) mandado de segurança.
- e) ação de cumprimento.

26) FCC - JT TRT24/TRT 24/2014

A Lei nº 12.016/2009, disciplinando o mandado de segurança individual e coletivo, vigora a par do Código de Processo Civil e

- a) ab-rogou-o expressamente.
- b) ab-rogou-o tacitamente.
- c) derogou-o expressamente.
- d) não o derogou nem o ab-rogou.
- e) derogou-o tacitamente.

27) FCC - JT TRT1/TRT 1/2012

O Ministério Público de um determinado Estado, após instaurar inquérito civil para apuração de irregularidade no fornecimento de merenda escolar para escolas do Município "Z" por parte da empresa "X", vencedora da licitação, descobre que o procedimento licitatório foi absolutamente irregular e previamente ajustado para que a empresa "X" vencesse em detrimento de outras dez empresas participantes do certame e passasse a fornecer a merenda com preço superfaturado. Simplício e Fúlvio, Secretário da Educação e seu assessor, responsáveis pela realização do certame, estão envolvidos na fraude e receberam cada um R\$ 100.000,00 da empresa "X" para que esta pudesse vencer a licitação e, ainda, R\$ 1,00 por cada merenda fornecida com preço superfaturado. Neste caso, apurado o ato de improbidade administrativa, o

- a) Município "Z", cujo ato será objeto de impugnação pelo Ministério Público em ação civil de improbidade, poderá atuar ao lado do autor após o ajuizamento da respectiva ação, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal.
- b) Ministério Público poderá veicular pedido cautelar de sequestro dos bens dos envolvidos e, concedido o pedido, ajuizará a ação principal de improbidade administrativa, pelo rito ordinário, dentro de trinta dias da data do despacho judicial que concedeu a medida cautelar.

c) Ministério Público ajuizará ação civil de improbidade administrativa e, estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação dos requeridos, para apresentação de manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de trinta dias.

d) Município "Z", cujo ato será objeto de impugnação pelo Ministério Público em ação civil de improbidade, não poderá abster-se de contestar o pedido após o ajuizamento da respectiva ação, por expressa pre visão legal.

e) Ministério Público ajuizará ação civil de improbidade administrativa e a decisão judicial que receber a petição inicial é irrecorrível.

28) FCC - AJ TRT1/TRT 1/Judiciária/2013

A respeito da ação civil pública, considere:

I. As associações legitimadas não podem ajuizar a ação civil pública se o fato foi objeto de inquérito civil arquivado pelo Ministério Público.

II. A multa diária cominada liminarmente pelo juiz na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer será exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.

III. O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como litisconsorte da parte autora.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II.
- d) II e III.
- e) III.

29) FCC - JT TRT1/TRT 1/2015

A cerca da ação civil, relativamente a atos de improbidade administrativa, é INCORRETO afirmar:

a) É vedada a transação, acordo ou conciliação na ação principal, que será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada.

b) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

c) A ação será instruída com documentos ou justificção que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente.

d) A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor de um Fundo, especialmente destinado para estes fins, administrado pelo Ministério Público.

e) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.

30) FCC - JT TRT1/TRT 1/2016

Considerando a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e sua aplicação subsidiária ao Direito do Trabalho, por força do artigo 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho:

I. São direitos difusos aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas determinadas e ligadas por circunstâncias de fato.

II. São interesses individuais homogêneos aqueles decorrentes de origem comum.

III. São direitos coletivos aqueles de que são titulares grupos, categorias ou classes de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por relação jurídica base e que, embora sem transcender a esfera individual, são indivisíveis.

IV. São direitos coletivos de natureza plena aqueles que, sendo indivisíveis, decorrem de origem comum.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

31) FCC - JT TRT1/TRT 1/2016

O juiz de certa comarca deferiu autorização para que todos os adolescentes que, pretendessem, pudessem se candidatar a prestar serviços como aprendizes de garçons em um baile que seria promovido na cidade, com a participação de cantores e dançarinos que notoriamente exibiriam músicas com letras sugerindo pornografia, apologia ao crime e consumo de drogas ilícitas. Tendo tomado conhecimento do fato, o promotor da comarca decidiu promover medida para revogação da autorização judicial.

No caso, a medida adequada é

- a) Ação popular.
- b) Ação civil pública.
- c) Mandado de segurança coletivo.
- d) Ação ordinária.
- e) Ação civil de proteção à criança e ao adolescente.

Processos Eletrônicos

32) FCC - JT TRT1/TRT 1/2011

É INCORRETO afirmar:

- a) A utilização de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, a comunicação de atos processuais e a transmissão de peças processuais por meio eletrônico constitui faculdade dos jurisdicionados no processo do trabalho.
- b) Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas

tempestivas as transmitidas até às 24 horas do seu último dia.

c) Em caso de peticionamento eletrônico, se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivos técnicos, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

d) Os acórdãos poderão ser assinados digitalmente, o mesmo não ocorrendo com as sentenças que, após impressas, deverão ser assinadas pelo juiz.

e) O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica.

33) FCC - AJ TRT8/TRT 8/Judiciária/2010

De acordo com a Lei no 11.419/06, os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida por esta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de

a) dez dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte no prazo máximo de cento e vinte dias corridos.

b) cinco dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

c) dez dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

d) cinco dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte no prazo máximo de cento e vinte dias corridos.

e) 48 horas contadas do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte no prazo máximo de cento e vinte dias corridos.

34) FCC - AJ TRT8/TRT 8/Judiciária/Execução de Mandados/2010

Segundo a Lei no 11.419/2006, consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico. Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as

a) 18 horas do seu último dia.

b) 18 horas e 30 minutos do seu último dia.

c) 19 horas do seu último dia.

d) 24 horas do seu último dia.

e) 22 horas do seu último dia.

35) FCC - AJ TRT15/TRT 15/Judiciária/2013

Considere as seguintes assertivas a respeito do Processo Eletrônico, nos termos da Lei nº 11.419/06:

I. No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma da respectiva lei.

II. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 dias contados do envio

de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

III. Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo obrigatória a formação de autos suplementares.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II.
- d) II e III.
- e) III.

36) FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/2016

Sobre a informatização do processo judicial, de acordo com a Lei Federal nº 11.419/2006, é INCORRETO afirmar:

- a) Criado o Diário da Justiça Eletrônico pelos Tribunais, os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.
- b) É aplicada a Lei Federal nº 11.419/2006, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.
- c) Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até às 19 horas do seu último dia, quando ocorre o fechamento do expediente forense.
- d) As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma da referida Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.
- e) Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida na referida Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Lei de Execução Fiscal

37) FCC - AJ TRT7/TRT 7/Judiciária/2009

Considere as assertivas abaixo sobre a Lei de Execução Fiscal.

I. Não sendo embargada a execução, no caso de garantia prestada por terceiro, será este intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de trinta dias remir o bem, se a garantia for real.

II. Em qualquer fase do processo, será deferida pelo juiz ao executado a substituição da penhora por depósito em dinheiro ou fiança bancária.

III. Recebidos os embargos, o juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de quinze dias, designando, em seguida, se o caso, audiência de instrução e julgamento.

IV. Na execução fiscal não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.

É correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I e III.

38) FCC - AJ TRT7/TRT 7/Judiciária/Execução de Mandados/2009

Analise as assertivas abaixo sobre a Lei de Execução Fiscal.

I. Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

II. A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

III. O executado oferecerá embargos, no prazo de quinze dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da intimação da penhora.

IV. A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa não poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.

É correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

Impenhorabilidade

39) FCC - AJ TRT1/TRT 1/Administrativa/2013

A impenhorabilidade do bem de família prevista na Lei no 8.009/1990 NÃO alcança

- a) o imóvel residencial de irmãos que vivem juntos.
- b) o terreno sem benfeitorias, único bem do casal.
- c) o apartamento onde reside sozinho o devedor.
- d) a casa que serve de residência à união entre pessoas do mesmo sexo.
- e) o imóvel que serve de residência aos companheiros que vivem em união estável.

Direito Processual Civil

Cargo: TRT Analista

Banca: FCC

Gabarito

1) D	2) E	3) B	4) D	5) C	6) C
7) A	8) C	9) B	10) A	11) E	12) E
13) C	14) E	15) A	16) A	17) D	18) E
19) D	20) D	21) E	22) C	23) D	24) D
25) D	26) D	27) A	28) C	29) D	30) B
31) C	32) D	33) C	34) D	35) B	36) C
37) B	38) B	39) B			